

Entre “Maria” e “Eva”: as representações sociais de executivas sobre a profissão

Autoria: Ana Paula Rodrigues Diniz, Alfredo Rodrigues Leite da Silva, Raquel Santos Soares Menezes

Resumo

Neste artigo, objetivamos compreender as representações sociais construídas por executivas sobre sua profissão. Baseados em Moscovici (2003), Jodelet (2001), Liu (2003), entre outros, afirmamos que as representações sociais constituem formas de conhecimento, elaboradas e compartilhadas socialmente, que fundamentam as práticas dos sujeitos e contribuem para a construção da realidade social. A constituição desses conhecimentos se dá por meio de mecanismos de ancoragem e objetivação, associados à construção de *thematas* e gêneros comunicativos. Estes conceitos, inter-relacionados, viabilizaram a compreensão das representações em seu caráter dialógico e das faces hegemônica, emancipada e polêmica que as compõem, acessando as continuidades e disputas envolvidas nessa construção (LIU, 2003). Para a apreciação das representações, consideramos o contexto de dominação masculina no qual se desenvolvem (MATOS, 1997). Amparados em Pateman (1993), discutimos que tal estado está atrelado ao contrato sexual, o qual marca a cisão entre espaços público e privado, colocando o primeiro como o lugar da cultura e dos homens, e o segundo, da natureza e das mulheres. Esta divisão, na modernidade, coloca “a mulher” como uma categoria atemporal e biológica, dotada de um corpo materno e sexualizado, subsidiando o entendimento de que seu campo próprio é a família. Os caminhos metodológicos percorridos envolveram a realização de uma pesquisa qualitativa, cuja estratégia de pesquisa foi o método biográfico. O levantamento dos dados se deu por meio da coleta das trajetórias de vida, com a realização de 64 entrevistas com executivas residentes em sete capitais brasileiras, as quais foram analisadas com o emprego Análise do Discurso (BAKHTIN, 1986a). Por meio da análise dos relatos, observamos a construção da representação social da profissão da executiva como um imbricamento entre “Maria” e “Eva”, a qual está relacionada à *themata* composta pela díade mulher-mãe/ mulher-pecado. Essa representação apresenta faces emancipadas quanto à valorização e a desvalorização da sensibilidade no trabalho das executivas, e faces polêmicas quanto a valorização, até certo limite, do uso da sensualidade ou sua eliminação. A valorização e desvalorização da sensibilidade e da sedução com limites se deram em termos da instrumentalização desses atributos para o trabalho das executivas, contribuindo ou não para o desempenho e alcance dos objetivos pessoais e organizacionais, ao passo que a eliminação da sedução relacionou-se com sua incoerência com o *ethos* da profissão executiva. Com base em Smith (2003), ressaltamos que a representação depreendida reproduz no campo profissional a ambiguidade associada à feminilidade, nascida na esfera da religião, na qual a mulher é “boa moça ou devassa”. Acrescentamos que esta remete a construções vinculadas ao contrato sexual, as quais, em sua face hegemônica, subsidiam a privação da mulher ao espaço público. Observamos, contudo, que tal representação procede, ao mesmo tempo, transformações nesses estereótipos, especialmente, por meio da instrumentalização das feminilidades e da defesa da valorização e manutenção das mulheres nas organizações.

1. Introdução

Neste artigo objetivamos compreender as representações sociais construídas por executivas sobre a profissão que exercem. Para a apreciação de tais representações, tomamos em consideração o contexto de dominação masculina no qual se desenvolvem. Como afirma Godelier (1996), ser homem, na sociedade moderna, é ter poder e privilégios que se exercem nas relações com mulheres e com outros homens, configurando o topo da hierarquia social. A raiz desse estado naturalizado de superioridade masculina encontra no contrato social uma de suas explicações, na medida em que o contrato sexual, embora silenciado, está fortemente vinculado à invisibilidade das mulheres na esfera pública (PATEMAN, 1993).

A dicotomia público/ privado explica grande parte da construção dos privilégios masculinos na sociedade “civil”, entendendo que o domínio privado, feminino e natural, seria irrelevante para a vida pública/ política, que por sua vez, assenta-se no patriarcado e nos direitos de liberdade para homens (PATEMAN, 1993). Oliveira (2004) discute que, historicamente, à mulher reservaram-se o espaço privado, os papéis de mãe e cuidadora do lar e da família. Em oposição, está o lugar do homem, pai castrador que insere a lei e, ao mesmo tempo, trabalhador provedor, que, moldado para o trabalho, enfrenta o espaço público. O mundo do trabalho, neste contexto, se configura como masculino, sendo a concepção do trabalho atravessada pelas diferenças de gênero e as funções estabelecidas como masculinas, pouco acessíveis às mulheres (HASSARD; HOLLIDAY; WILLMOT, 2000).

É importante ressaltar que a condição subordinada da mulher tem se alterado nos âmbitos social, econômico e político, especialmente no que diz respeito à entrada no mercado de trabalho e à independência financeira. Entretanto, muitas desigualdades permanecem. As mulheres continuam a receber salários inferiores aos dos homens no exercício da mesma função, a distribuição de responsabilidades das tarefas domésticas e do cuidado com os filhos não é equivalente, e a violência e preconceito persistem na esfera profissional e na sociedade como um todo. Natividade (2009) destaca ainda que as mulheres permanecem na execução de trabalhos menos qualificados e que enfrentam dificuldades na progressão da carreira.

Tendo em vista esse contexto, enfocamos neste artigo a construção das representações sociais constituídas por executivas sobre seu trabalho. Buscamos, com isso, ampliar a compreensão sobre dois aspectos específicos: a) as lógicas e as visões de mundo subjacentes às representações sociais construídas no âmbito dos negócios; e b) as maneiras como essas se manifestam objetivamente e contribuem na construção de uma ordem social que sanciona comportamentos e estilos de vida daqueles que circulam no meio corporativo, ainda que se leve em conta especificidades contextuais.

Para a abordagem das representações sociais, adotamos a perspectiva da Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 1993; JODELET, 2001) apresentada no segundo tópico deste artigo. Em seguida, aprofundamos as discussões sobre o contexto de dominação masculina no qual tais representações se desenvolvem. Na quarta seção, expomos os caminhos metodológicos percorridos, enfocando a pesquisa qualitativa e a utilização do método biográfico com coleta de trajetórias de vida. Já como técnica para a análise dos relatos, empregamos a Análise do Discurso (AD) (FIORIN, 2003), recorrendo à apreensão das estratégias de persuasão presentes nos discursos, bem como à análise dos temas e percursos semânticos. A partir da análise, apreendemos o percurso semântico, apresentado também na quarta seção, e as faces que envolvem a representação social das executivas discutidas no quinto tópico. Por fim, apontamos reflexões sobre o estudo, ressaltando como a representação construída engaja-se em complexos processos de reafirmação e transformação do *status quo*.

2. As Representações Sociais

Para a análise das representações sociais construídas pelas executivas, optamos pela

perspectiva da Teoria das Representações Sociais (TRS). A TRS busca evidenciar as ligações entre as representações e o modo como estas são construídas e, com isso, compreender as práticas nas quais os sujeitos estão engajados (JODELET, 2001). “Quando se aproxima das representações sociais dos sujeitos, o pesquisador está se aproximando dos conhecimentos que expõem articulações referentes às suas maneiras de fazer cotidianas” (SILVA, 2007, p. 53). Nesse sentido, as representações sociais são “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2001, p. 22).

A representação social, assim, atua no sentido de construir um conhecimento num grupo. Tal processo, para Moscovici (2003), passa pela familiarização do estranho e envolve dois mecanismos: *ancoragem* e *objetivação*. O primeiro refere-se à identificação de categorias e imagens conhecidas ao que ainda não está classificado, valendo-se, para isso, das escalas de valores e experiências passadas dos sujeitos (LEME, 1994). O segundo transforma os conceitos abstratos em algo concreto e material. O não-familiar se torna familiar quando a ancoragem o passa para a esfera particular, na qual se pode interpretar e classificar o novo e, em seguida, a objetivação o reproduz no universo das coisas, onde é controlável.

Além desses dois conceitos seminais, o desenvolvimento do campo levou a outros dois conceitos que estão inter-relacionados e também são adotados neste estudo: o de *thematata* (MOSCOVICI, 1993; MOSCOVICI; VIGNAUX, 2003) e o de *gêneros comunicativos* (MOSCOVICI; MARKOVÁ, 1998; 2003). Os quatro conceitos em conjunto, de acordo com Marková (2000), permitem compreender as representações sociais em seu caráter dialógico, no qual não há pleno consenso, mas eternas negociações de sentido.

Moscovici (1993) e Moscovici e Vignaux (2003), baseados em Holton (1978), discutem que as *thematatas* constituem pressuposições relativamente estáveis e historicamente contextualizadas que permeiam a vida cotidiana dos sujeitos. A partir das *thematatas* são gerados os temas, os quais são dialogicamente interdependentes das primeiras. Temas são entendidos como manifestações pragmáticas nas quais se reconstrói parcialmente as *thematatas* de diferentes formas. Liu (2003) destaca que as *thematatas* têm grande poder generativo e normativo, diferente dos temas que, apesar de estarem ligados a esse poder, são mais restritivos. Nesse sentido, o autor enfatiza que os temas são mais efêmeros e situacionais, enquanto as *thematatas* são relativamente estáveis, se constroem ao longo do tempo e se constituem, necessariamente, em forma de díades antitéticas ou de ternos-apolares.

Ao se voltar para a questão da comunicação, Moscovici (1993) argumenta que a compreensão dos fenômenos relacionados à familiarização do novo exige também a investigação dos gêneros comunicativos, os quais tanto participam do delineamento das representações sociais como são delineados por elas (MARKOVÁ, 2000). Os gêneros comunicativos, para Bakhtin (1986a), dividem-se em gêneros primários, associados às formas de se expressar na vida cotidiana, como a conversa face a face, e os gêneros secundários, como o científico, o midiático, etc. Os gêneros comunicativos, deste modo, “correspondem a situações típicas de discurso comunicativo, temas típicos, e, conseqüentemente [*sic*], também de contatos particulares entre os *significados* das palavras e a realidade concreta e atual sob certas circunstâncias típicas” (BAKHTIN, 1986b, p. 87, grifo no original).

Marková (2000) destaca que na visão bakhtiniana o discurso é algo social, dado que envolve outras práticas e convenções sociais que marcam cada gênero comunicativo. Para a autora, por essa via, os gêneros comunicativos e as representações sociais se inter-relacionam, resultando em composições dinâmicas e outras relativamente estáveis. O dinamismo estaria associado a mudanças nas práticas comunicativas, ao passo que a relativa estabilidade resultaria da inserção social e histórica dessas mesmas práticas, constituindo barreiras para a recriação dos gêneros comunicativos. A oposição entre dinamismo e estabilidade, de acordo

com Marková (2000), remeteria ao caráter dialógico das representações sociais.

Silva (2007) argumenta que, de modo mais específico, o imbricamento dos conceitos apresentados se dá da seguinte maneira: com base nos gêneros comunicativos criam-se as *thematats*. As *thematats* servem de base para o processo de familiarização do estranho, por meio da criação de representações sociais que incorporam e articulam o não-familiar com a realidade cotidiana do sujeito. Tal construção se dá por meio dos mecanismos de ancoragem e objetivação articulados com os gêneros comunicativos, sendo que os últimos cumprem o papel de viabilizar as comunicações simbólicas nas quais se estabelecem as representações.

Por meio dos conceitos de *themata*, ancoragem, objetivação e gêneros comunicativos, é possível evidenciar três diferentes tipos de representações sociais, a saber: hegemônica, emancipada e polêmica. Baseado em Moscovici (1988), mas diferenciando-se de sua proposta inicial, Liu (2003) argúi que esses tipos de representações deveriam ser consideradas como faces que podem se apresentar de maneira simultânea, complementar e inter-relacionada dialogicamente numa mesma representação social ou ainda de maneira isolada.

Para Liu (2003), a face hegemônica relaciona-se diretamente com as *thematats* com base nas quais se estabelecem consensos sociais. Já as faces emancipadas e polêmicas giram em torno das *thematats* em relações de compartilhamento parcial e de oposição. A face emancipada articula-se com as *thematats*, configurando construções distintas, mas não excludentes. Já a face polêmica relaciona-se às construções que são excludentes às *thematats*, emergindo em debates acirrados para a sobrevivência de uma construção em detrimento da outra. O autor explicita que essas duas faces acessam privilegiadamente o âmbito da mudança, ao refletirem a fragmentação na construção dos conhecimentos sobre o mundo.

Sustentando esse modo de compreensão das representações está o reconhecimento de que as experiências dificilmente serão vivenciadas de modo equivalente pelas pessoas. “Há aqui uma idiosincrasia social na qual o indivíduo é único, em virtude de suas múltiplas vivências sociais, e, ao mesmo tempo, possui compartilhamentos (não necessariamente homogêneos [...]) com outros sujeitos” (SILVA, 2007, p. 93). A representação social é, assim, uma nova produção, na qual os objetos são produzidos, vividos e produzidos novamente pelos sujeitos de maneiras potencialmente distintas, num processo sociocognitivo contextualizado social e historicamente (HOWARTH, 2002). Neste contexto, os elos sócio-históricos comuns não devem ser confundidos com reprodução homogênea, e social e individual devem ser entendidos como mutuamente imbricados, (re)construindo-se numa relação dialógica.

A compreensão das representações sociais, nesses termos, não envolve a busca pela homogeneidade ou consenso. Prima-se por evidenciar as diferenças e disputas envolvidas no complexo processo de construção das representações. O consenso, segundo Howarth (2002), está presente apenas nos limites simbólicos construídos pelas representações sociais, dado que estas se inserem em uma cultura comum. Afora esses limites observa-se consenso ou dissenso e essa heterogeneidade participa tanto da construção como da expansão dos próprios limites. O compartilhar presente nas representações sociais está voltado para as disputas e negociações estabelecidas em torno de elos comuns, mas elas não se limitam a esses (DUVEEN, 1998). Assim, o consenso guarda sempre espaço para o dissenso.

Partindo dessa perspectiva, neste trabalho buscamos compreender as representações sociais construídas por mulheres sobre a profissão de executiva. De modo mais específico, nos centramos nos pressupostos e preconceitos enraizados, presentes nessa construção. Intentamos, com isso, discutir como as representações dessas mulheres sobre suas profissões remetem, em processos de concordância e oposição, a estereótipos do feminino que transpassam o contexto social. Para tanto, ancoramo-nos na abordagem das relações de gênero, segundo a qual o gênero deve ser entendido como um processo histórico cultural. Essa noção apresenta e elucida o contexto da dominação no qual as representações se

desenvolvem, como será discutido a seguir.

3. Contexto da dominação: relações de gênero e dicotomia público/privado

A célebre frase de Simone de Beauvoir “*Ninguém nasce mulher. Torna-se mulher*” elucidada bem a noção de gênero como processo de construção social. Para Louro (2008), a frase traz à tona mais do que um simples “ato inaugural”, de vir ao mundo mulher, evidenciando a forma como se fazem mulheres, o que depende dos gestos, comportamentos, preferências e desgostos que lhes ensinam e reiteram cotidianamente, conforme normas e valores de uma dada cultura. A partir daí, um novo campo de pesquisa se instaura, tendo no sexo biológico o ponto de partida, mas não uma única variável acerca do “ser mulher”.

Segundo Matos (1997), a inserção da temática de gênero na pauta das discussões acadêmicas das ciências sociais se deve em grande parte a Gayle Rubin e suas análises sobre o patriarcado, e a Joan Scott e sua proposição da análise relacional e trespassada por relações de poder do gênero. Para Scott (1986), utilizar a palavra gênero passou a ser uma forma de legitimar estudos sobre mulheres, o que indicaria uma conotação mais objetiva do que “mulheres”. “Gênero”, como substituto de mulheres, ganha também a conotação relacional, ao sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro. Disso decorre que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo (PATEMAN, 1993).

A partir dessa visão de gênero como a organização social da relação entre os sexos, concordamos que tanto a ênfase nas distinções iniciais baseadas no sexo, quanto na diferenciação entre masculino/ feminino são fundamentalmente sociais. Deste modo, consegue-se abranger o conceito de gênero em todo seu aspecto relacional, inserindo-o no contexto sócio-histórico e cultural. Como argumenta Pateman (1993, p. 28), “falar em gênero, em vez de falar de sexo, indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma intervenção social e política”. Nesse sentido, o que os homens e as mulheres são e como as relações entre eles estão estruturadas depende muito da importância política atribuída às masculinidades e às feminilidades. Ainda segundo Pateman (1993), o que está em jogo não é simplesmente a relevância da diferença sexual do ponto de vista político, mas sim como tais diferenças se expressam e como são atribuídas.

Enriquez (1990) destaca a concordância histórica quanto ao estatuto inferior e dominado da mulher e quanto às características de desordem e de vinculação com a natureza (antagônica e antinômica à cultura) que revestem o feminino. Para Matos (1997, p. 5), remontando a conceitos desenvolvidos por Pierre Bourdieu, o simbolismo de gênero tem como referência a cultura, entendida como o “universo de relações (de poder e dominação) entre produção e reprodução social”. Assim, a autora elabora suas argumentações em torno do que ela chama de “*campo simbólico de gênero*”, que

ordenaria o mundo natural da divisão sexual (masculino e feminino) e o mundo social (identidades e culturas de gênero as mais múltiplas e variadas possíveis) mediante vários discursos e representações que seriam “generificados” (MATOS, 1997, p. 6).

Pateman (1993) argumenta que relacionado ao estado de dominação masculina está o contrato sexual, o qual está vinculado – embora seja, na maior parte das vezes, invisibilizado – ao contrato social. Para a autora, a sociedade civil se diferencia de outras formas de ordem social pela distinção entre as esferas pública e privada. Tais domínios são construídos como antinomias, cada um tendo suas peculiaridades. O contrato social dá origem à esfera pública, da legislação, liberdade e igualdade civis, do contrato e do indivíduo. Já o contrato sexual relaciona-se à cisão entre público e privado, sendo o primeiro o lugar da cultura e dos

homens, e o segundo, o lugar da natureza e das mulheres. É importante ressaltar que tais esferas, embora sejam contrárias, adquirem sentido de modo relacional. Nesse sentido, Pateman (1993) discute que o sentido de liberdade civil na vida pública é salientado em contraposição à sujeição natural que caracteriza o privado.

Outra questão enfatizada pela autora é que o contrato sexual não se trata de algo puramente familiar ou restrito ao privado. O contrato dá origem à sociedade patriarcal como um todo, sendo que o mandato da lei do direito sexual masculino rege as duas esferas e aos homens é concedida a possibilidade de transitar de um domínio para o outro. Pateman (1993) ressalta também que evidenciar a dominação masculina não implica pressupor a aceitação das condições de subordinação pelas mulheres. Ao contrário, a própria compreensão desse contrato historicamente silenciado reflete como mulheres e homens têm, também, resistido e criticado as relações patriarcais. Jogar luz sobre o contrato sexual é mostrar como a diferença sexual, o que é “ser homem” e “ser mulher”, se constrói.

No patriarcado moderno a diferença sexual é construída como diferença natural, sendo “a mulher” colocada como uma categoria natural e atemporal, marcada por características inatas e biológicas. Nesta naturalização, o corpo da mulher é o que está em questão. Corpo este que se manifesta na forma do corpo de esposa, mãe e prostituta (PATEMAN, 1993). Foucault (1979) atenta para como na modernidade o corpo da mulher foi historicizado, reservando à mulher o papel de mãe. Enriquez (1990) salienta também como o poder é negado à mulher sexuada, na medida em que ela contaminaria o poder com suas paixões e inquietudes, não sendo digna de respeito. Tais construções subsidiam o entendimento de que o campo próprio da mulher é a família e de que ela teria uma “inclinação” a utilizar-se de armas sexuais, exercendo seu poder com base na sedução.

Os embates vivenciados nos últimos anos, certamente, procederam a remodelações dessas construções. Marcos relevantes como a entrada das mulheres no mercado de trabalho e a possibilidade de independência financeira; a escolarização; a luta pelos direitos civis e os movimentos feministas; e o controle tecnológico sobre a reprodução humana podem ser destacados. Entretanto, é inegável que concomitante a esses avanços, a dominação masculina se mantém presente. Nesse sentido, Matos (1997) enfatiza a necessidade de libertação das mulheres da dominação simbólica, para além das dominações biológica e a econômica que, apesar de terem sido superadas por muitas mulheres, ainda não o foram por muitas outras.

Tendo em vista esse contexto, enfocamos a construção das representações constituídas por executivas acerca de seu trabalho. Nos voltaremos tanto para as formas como essas representações recuperam as construções instituídas do feminino, estereótipos arraigados, como para como essas mulheres procedem remodelações dessas construções. Entender as mudanças nas definições dos femininos ao longo do tempo abre um amplo leque de possibilidades para entendimento de fenômenos contemporâneos, como a crescente inserção de mulheres no mercado de trabalho, em especial em posições mais altas na hierarquia organizacional. Para apreender os efeitos dessas mudanças, para as mulheres e para a sociedade, propomos uma pesquisa de campo dando voz às próprias mulheres, como será apresentado no tópico a seguir.

3. Caminhos percorridos

Para o alcance do objetivo proposto neste artigo, optamos pelas técnicas qualitativas, vistas como adequadas para a compreensão profunda das construções de sujeitos sociais inseridos em contextos específicos (GOLDENBERG, 2002). Como estratégia de pesquisa, adotamos o método biográfico com coleta de trajetórias de vida. Tal opção se deu por essa estratégia considerar a inserção do sujeito no social e em sua história e privilegiar a investigação dos modos como os sujeitos explicam seus atos, bem como as formas como

interpretam os outros e os relacionamentos com grupos diversos, em uma rede de significados inter-relacionados (BECKER, 1994).

O levantamento dos dados se deu por meio da coleta das trajetórias de vida das executivas. Para tanto, realizamos entrevistas semi-estruturadas com mulheres inseridas em organizações públicas ou privadas sediadas nas seguintes capitais brasileiras: Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória. Para o levantamento dos relatos, formamos uma rede de pesquisadores responsáveis pela realização das entrevistas nas capitais onde residiam. Ao final da coleta de dados, totalizaram-se 64 relatos, os quais foram gravados e transcritos. E a fim de manter em sigilo as identidades das entrevistadas, as enunciatórias foram numeradas de E1 a E64 na análise.

Para a análise das narrativas coletadas empregamos a Análise do Discurso (AD) partindo dos apontamentos de Bakhtin (1986a) acerca do desenvolvimento das formas de enunciação. Segundo esse autor, as múltiplas formas de enunciação são geradas nas relações sociais, inserindo o discurso num determinado contexto social e histórico. A língua, para ele, surge da interação social e os sujeitos se constroem num processo dialógico caracterizado pela multiplicidade discursiva e pela contradição. Quando o sujeito diz algo, ele o faz a partir de uma miríade de discursos, por vezes contraditórios, com os quais teve ou tem contato. Portanto, a AD se mostra adequada para o estudo de práticas e manifestações sociais presentes no cotidiano dos sujeitos de pesquisa, quando se quer focar os dinamismos e as estabilidades que envolvem as construções sociais.

A AD, como discutido por Fiorin (2003), vai além da simples decodificação do texto, abarcando também os sentidos produzidos pelo não-dito. A possibilidade de se tratar o não-dito se dá pela observação do contexto sócio-histórico dos processos de enunciação, o qual confere sentido aos discursos ao mesmo tempo em que é necessário para a compreensão dos mesmos (ORLANDI, 2001). Nesse sentido, pretendemos extrapolar o que está explícito nos relatos, buscando também o que está nas entrelinhas por meio do entendimento dos silenciados e dos implícitos.

Para a operacionalização da análise, recorremos à identificação das estratégias de persuasão destacadas por Faria e Linhares (1993): delineamento de personagens nos discursos; relação entre temas implícitos e explícitos; silenciamentos sobre temas inerentes ao universo discursivo do locutor; escolha de palavras. Ao observar os usos dessas estratégias de persuasão é possível identificar os temas nos discursos (FIORIN, 2003). Por meio dos temas se apreende o discurso e a ideologia que o permeia. Neste estudo os temas constituem ainda as unidades analíticas para a compreensão das articulações em torno das *themas*. A análise dos temas foi realizada, primeiramente, a partir da identificação de temas e figuras do texto e as relações entre eles; e posteriormente, pela evidenciação dos percursos semânticos nos quais eles se agrupam organizados em subconjuntos específicos.

A análise evidenciou que o percurso semântico das peculiaridades da executiva marca o discurso das entrevistadas sobre sua profissão. Esse percurso é desdobrado em dois subconjuntos:

1. Da sensibilidade da executiva, que tem como temas centrais: cautela, jogo de cintura, percepção aguçada, autocontrole, humanização das relações, fragilidade, afetividade e confusão entre o pessoal e o profissional.
2. Da sedução da executiva, que tem como temas centrais: capacidade de cativar e envolver o outro, inserção do sexo na esfera do trabalho, punições decorrentes, necessidade de cerceamento do comportamento e uso adequado do corpo.

A construção dos sentidos, de acordo com as narrativas, girou em torno da *thema* composta pela díade antitética mulher-mãe/ mulher-pecado, a qual representa a face hegemônica da representação social da profissão da executiva como um imbricamento entre

“Maria” e “Eva”, a mãe e a pecadora. Nessa representação foi destacada ainda a articulação de duas faces emancipadas e duas faces polêmicas, identificadas da seguinte maneira:

1. Faces emancipadas: a) da valorização da sensibilidade de “Maria” no trabalho das executivas; b) da desvalorização da sensibilidade de “Maria” no trabalho das executivas;
2. Faces polêmicas: a) da valorização, até certo limite, da utilização da sensualidade de “Eva” no trabalho das executivas; b) da eliminação da sensualidade de “Eva” no trabalho das executivas.

Em um primeiro momento a oposição entre a valorização e a desvalorização poderia levar à interpretação de que todas as faces são polêmicas, entretanto, em relação ao grupo de sujeitos desta pesquisa, a polêmica sobre “Maria” não se estabeleceu. As mesmas respondentes articulam a valorização e a desvalorização sobre os atributos de “Maria”, sem as colocarem como indissociáveis. Ao não buscarem solapar uma pela outra, mas articularem as diferenças entre ambas, de acordo com Liu (2003), elas se afastam da dinâmica da face polêmica e se restringem à dinâmica das faces emancipadas. Já no caso de “Eva” há polêmica entre as entrevistadas: parte delas defende o uso da sensualidade com limites, ao passo que, para outras, tal uso é incompatível e excludente com o ideal de profissional sustentado.

O delineamento dessas faces se deu a partir dos gêneros comunicativos depreendidos a partir dos relatos analisados, a saber:

1. Da entrevista: identificado a partir de respostas mais curtas, objetivas, muitas vezes reduzidas ao “sim”, “não” e “não sei” com base nas perguntas do pesquisador. Neste estudo, no desenrolar da entrevista, houve um esforço por parte dos entrevistadores de se aproximarem do gênero da conversa face a face.
2. Da conversa face a face: marcado pela descontração e a informalidade articuladas a partir da reflexão que o sujeito faz do próprio discurso, tendo o pesquisador como um confidente sobre questões que interessam a ambos.
3. Da instrumentalização dos atributos femininos na esfera do trabalho: é marcado por uma retórica que visa a valorizar ou atenuar alguns atributos tidos como femininos, na medida em que, respectivamente, contribuem ou não para o alcance dos objetivos da executiva e da organização.
4. Do *ethos* da profissão executiva: apóia-se no conhecimento compartilhado sobre o que caracterizaria a função executiva, a conduta apropriada e inapropriada ao trabalho.

É importante ressaltar que os gêneros comunicativos estão articulados nos discursos, influenciando-se mutuamente. Nesse sentido, em alguns fragmentos é possível detectar um gênero em específico, ao passo que em outros, todos os gêneros se encontram imbricados. A partir de tais gêneros, depreendemos as *themas* e as representações sociais presentes, as quais serão detalhadas na próxima seção.

5. As faces e as representações sociais das executivas

5.1A executiva como “Maria” valorizada e desvalorizada

Por meio da análise dos relatos, observamos a construção do que foi identificado como a representação social da profissão da executiva como um imbricamento entre “Maria” e “Eva”, a mãe e a pecadora. Essa representação envolve quatro faces e duas delas se voltam para a executiva como “Maria”, uma com foco na temática da valorização e outra na da desvalorização. As duas são explicitadas no subconjunto da sensibilidade da executiva composto por temas convergentes com essa característica: em uma, a sensibilidade é elemento de valorização da mulher no espaço de trabalho e, em outra, é elemento de desvalorização.

Inicialmente, relacionado à valorização da sensibilidade da executiva, destacamos a

temática da humanização das relações profissionais, explicitada por E48, no trecho 01. E48 aponta a facilidade em se relacionar e o “tato” nos relacionamentos como atributos da executiva e justifica que tais atributos se devem a um “instinto materno”. No mesmo sentido, E4, no fragmento 02, destaca a sensibilidade como favorável à ascensão das mulheres, como sugere “tudo mulher, tudo dominando”. Para ela, a sensibilidade da mulher estaria num maior cuidado e preocupação com o outro, ao passo que o homem seria mais frio e objetivo, como subentendido na expressão “ferro e fogo”. A enunciadora aponta uma possível negatividade da sensibilidade, o sofrimento, mas em seguida afirma que esse sofrer tem um papel na comoção com a situação do outro e reitera a relação sensibilidade-maternidade.

(01) Eu acho que a mulher *tem mais “tato” para lidar com as pessoas*. Eu acho que as mulheres *conseguem captar*, tem uma facilidade maior. Eu não acho que os homens têm essa facilidade não. Nós, mulheres, temos essa facilidade de entender, de ter aquele *instinto materno* de querer buscar a *melhor forma de relacionamento* com o outro (E48).

(02) [A mulher] busca *entender* mais, ela se preocupa mais com as pessoas, com o que as pessoas vão pensar, com a decisão que ela tomar. Homem, não, *é ferro e fogo*. Eu falo isso porque nossa superintendente, hoje, todas as diretoras, nós só temos diretora e a superintendente, *tudo mulher, tudo dominando*. Eu acho que a *sensibilidade ajuda*, porque ao mesmo tempo em que eu *sofro* com isso eu busco *me colocar no lugar do outro*. Ainda mais agora que vivenciei esse momento da *maternidade* (E4).

A cautela e o jogo de cintura são também apontados como atributos que contribuiriam para o trabalho. Ambos seriam característicos das mulheres e estariam associados à maior habilidade para resolver situações sem gerar conflitos. Como afirma E13, “A questão é que a mulher muitas vezes *tem essa coisa do respirar*, sair da situação para voltar de outro jeito. *A mulher foi treinada para isso eu acho, a não bater de frente com o homem*”. Ressaltamos que a cautela feminina é colocada não como uma derivação biológica, mas como decorrência da socialização da mulher, como explícito pelo vocábulo “treinada”. Enfatizamos também que relacionado à cautela depreende-se certa submissão, em especial à personagem “homem”.

Tais atributos são também discutidos por E21, no trecho 03. Para ela, a mulher tem tendência a ser mais cautelosa e se inflamar menos com os problemas, atributos sugeridos nos segmentos “olha, dá uma olhada, pensa um pouco” e “relewa”, respectivamente, e a ter a percepção mais aguçada. Por fim, atentamos a relação com o conflito que E21 aponta como tipicamente feminina: de percebê-lo e não se envolver diretamente, mas apoiar para que ele não evolua, corroborando os argumentos de E13.

(03) *Eu vou dizer pra vocês que mulher normalmente tende a fazer um “Olha, dá uma olhada, pensa um pouco, relewa”*. [...] Eu acho que as mulheres têm um pouco disso da *percepção nas entrelinhas, de saber que está tendo uma disputa ali*. Então, não precisa se engancha na disputa, mas apóia para isso não evoluir (E21).

A cautela feminina é traduzida por algumas enunciadoras como autocontrole, atributo explicitado no trecho 04 de E2. A respondente coloca o autocontrole como a característica que a faz sobressair na organização. Ao discutir tal habilidade, ela constrói uma metáfora de si como um “robô”, como se o autocontrole que possui fosse decorrente de uma dessensibilização ou de uma programação extrema. Entretanto, destaca que, ao revelar esse entendimento para a instrutora de um curso que fez, foi alertada de que não é um “robô”, pois os sentimentos estão presentes, ela seria uma pessoa com autocontrole. Assim, E2 reitera que essa característica permite seu sucesso profissional “sendo mulher”, com “voz mansa”, pois o autocontrole permitiria atenuar tal “série de defeitos”.

(04) É o *autocontrole* que eu tenho, então isso compensa uma *série de defeitos* que eu tenho, mas, como eu tenho esse autocontrole, eu consigo adiar soluções.

Eu achava que era muita paciência, hoje eu vejo que é autocontrole. Nessa avaliação que eu fiz lá, eu fiquei surpresa com meu autocontrole. Eu falei: “*Isso é robô!*” Aí ela falou: “*Não, não é robô, porque você só adia, você está sentindo, você tem todos os processos, só que você consegue ter o controle*”. Então, essa avaliação nem é minha, é uma avaliação do curso [...] aí que eu fiquei lembrando. Eu falei assim: “*Eu acho que é por isso que eu tenho conseguido levar uma empresa complexa, sendo mulher, voz mansa, né?*” (E2).

As implicações positivas da sensibilidade sustentadas nos temas mencionados, no conjunto, são mais do que manifestações individuais das respondentes. Elas indicam o que foi identificado como a face emancipada da sensibilidade como um elemento de valorização da mulher no trabalho. Entretanto, de maneira dialética, essas mesmas mulheres não apresentam a valorização como algo hegemônico, pois também remontam em seus discursos a temas relacionados à desvalorização da sensibilidade, compondo a segunda face emancipada: a da sensibilidade como um elemento de desvalorização da mulher no trabalho. Nesta face, a sensibilidade da mulher é colocada como emotividade excessiva, a qual se desdobra em aspectos desvalorizados por serem negativos ou inadequados ao trabalho.

O primeiro atributo negativo relacionado à sensibilidade seria a fragilidade feminina, retratada por E40 no fragmento a seguir. Ao narrar seu relacionamento com uma equipe de homens como mais fácil, ela coloca que “*algumas mulheres... com muito jeito dos homens*” também são mais fáceis de lidar, na medida em que têm as características exigidas para o bom desempenho do trabalho, como agressividade e objetividade. Mas, a partir de certo momento, com o crescimento da equipe e a entrada de mais mulheres, ela passa a ter de “*conviver com mulheres mais frágeis*”, que choram ao serem pressionadas, como sugere a expressão “*com o pé no peito*”. Nesse sentido, ela discute a necessidade de ponderar o trato com mulheres, dada a maior fragilidade das mesmas nomeada por E40 como suscetibilidade.

(05) [...] quando eu vim para cá a equipe era toda de homem. Eu não tinha mulher na equipe. Era eu de mulher e só tínhamos homens na equipe realmente que vende, que está presente no mercado. E eu tinha uma facilidade muito grande de lidar com eles. Depois com o passar do tempo, a empresa crescendo, foi entrando mulheres. *E algumas mulheres com muito, com muito jeito dos homens. Como é que eu falo muito jeito dos homens? É pouco suscetíveis. Porque têm mulheres que encaram, que vão e que entendem o papel que elas estão fazendo ali, que não misturam as coisas.* [Outras mulheres] *Se você comenta alguma coisa profissional elas entendem no pessoal.* Então, eu não tinha isso na equipe, principalmente, quando só tinha homens e quando entraram algumas mulheres... Depois eu comecei a conviver com *mulheres mais frágeis*, mais, *se está com o pé no peito elas choram.* E isso me assustou. [...] *Mas o aspecto de suscetibilidade é marcante. A mulher realmente dá uma esmorecida.* Nem todas. *Tem algumas que até surpreendem,* tem gente que a gente chama de porreta. Vai que vai, entende bem o processo... (E40).

No trecho 05, E40 constrói duas personagens: a mulher com jeito de homem, capaz de lidar com a pressão e separar as questões pessoais das profissionais; e a mulher frágil, que chora quando pressionada, “*dá uma esmorecida*” e é “*suscetível*”. Notamos que apesar de enfatizar que algumas mulheres se adequam ao trabalho, a enunciativa espera que a mulher seja frágil, como subentendido em “*A mulher realmente dá uma esmorecida*” e pressuposto em “*têm algumas que até surpreendem*”. Outro ponto a se destacar é a confusão entre pessoal e profissional, colocada como algo típico da mulher.

Outra negatividade associada à sensibilidade é a afetividade, a qual conflitaria com a objetividade necessária à função executiva. E13, no depoimento 06, discute que as executivas tendem a omitir informações ou a não ser tão claras, como se pressupõe a partir do vocábulo “*verdadeiro*” para qualificar os homens. Essa omissão se dá na tentativa de evitar conflitos,

atribuindo conotações negativas ao jogo de cintura e à cautela feminina mencionados por E13 no primeiro trecho analisado. Ela finaliza seu relato apontando que a relação hierárquica sempre envolve a repressão de um dos indivíduos, aquele que é subordinado. Nesse contexto, observamos como a afetividade entra em conflito com a relação hierárquica que caracteriza a função executiva, a qual envolve o subjugo do outro.

(06) Eu acho que nesse processo o homem às vezes é um pouco mais verdadeiro do que a mulher, justamente porque, talvez, *nesse jogo de cintura a mulher diga: “não vou falar isso porque vai gerar um atrito desnecessário”*. E o homem já não se preocupa muito com isso e já larga, quando larga. O que eu quero dizer assim, *a condição de hierarquia envolvida sempre reprime um dos indivíduos aí (risos) do processo* (E13).

Depreendemos ainda do relato de E13 que a sensibilidade e cautela feminina fariam das mulheres, além de menos objetivas, menos agressivas para o trabalho executivo. Isso fica explícito no fragmento 07, quando E2 narra os obstáculos encontrados no hospital onde trabalha e atribui ao fato de ser mulher e, portanto, “ser mansa e falar baixo”, a dificuldade em conseguir recursos para realizar as obras necessárias. Nesse sentido, ela enfatiza a expectativa que as outras pessoas depositam de que ela adote uma postura mais agressiva, comportamento explicitado na expressão “bate a mão na mesa”.

(07) Tanto que a [corporação] inteira tem obra e *nosso hospital não tem obra* e todo mundo reconhece que nós precisamos de obra, e todas as vezes eles pedem, *eu faço no modelo correto* que é pedido, mas outro ganha a obra que não pôs no modelo nem que foi pedido. Então, eu comecei a imaginar [...]: *será que é porque eu sou mulher e falo baixo e falo manso e sou educada? Que as pessoas pedem muito isso, né? “Bate a mão na mesa!”* (E2).

Os temas observados no trecho 07, como os demais temas inseridos na face emancipada da desvalorização, permitem entendê-la como um processo complexo que se articula em oposição dialética com a outra face emancipada: a da valorização. Em conjunto, essas duas faces se relacionam com a *themata* mulher-mãe/ mulher-pecado pela via da mãe, que remete à ideia da mulher amorosa, cuidadosa e atenta para as necessidades do outro. Ao mesmo tempo, remonta a características como cautela, capacidade de apaziguar conflitos, facilidade nos relacionamentos e humanização das relações.

Nas faces emancipadas, observamos a articulação dessas características em torno de conotações que podem valorizá-las ou desvalorizá-las no contexto do trabalho das executivas. Essas conotações se estabelecem em termos da instrumentalização ou não dos atributos, respectivamente, para o alcance dos objetivos das executivas e organizacionais. A partir dessa dinâmica se compõem os discursos associados à delimitação de um suposto “estilo feminino de gestão”. Esse entendimento corrobora com pesquisas anteriores (e.g. MELO, 2003; SEGNINI, 1997), as quais concluíram que determinadas qualidades associadas ao feminino têm sido consideradas vantagens competitivas no universo empresarial.

Mas, ao mesmo tempo, observamos o outro lado desse discurso. Nele, as mesmas características são articuladas como nocivas à obtenção da referida vantagem, o que posiciona tal discurso em uma tensão dialética sustentada também pelas mulheres e dentro da qual elas atuam em seu cotidiano de executiva. A sensibilidade vista como fonte de positividade também é vista como negativa, na medida em que pode desencadear em fragilidade, confusão entre o pessoal e o profissional e afetividade excessiva. Tais decorrências, conforme discutido, conflitariam com a objetividade e agressividade requeridas da função executiva e, assim, colocariam as mulheres como inapropriadas para o exercício da profissão e, em extensão, para a ocupação daquele espaço público.

A dialética em torno da noção de mulher-mãe no contexto do trabalho das executivas é

evidente. Conforme elucidado, as entrevistadas reafirmam a concepção mulher-mãe, sustentando os atributos que a caracterizariam. Mas, paralelamente à reafirmação de parte da face hegemônica da representação, surgem os elementos diferenciados que a despeito de serem opostos não entram em conflito direto, compondo a tensão dialética que se complementa no discurso. A manutenção dessa tensão pode ser compreendida, pelo menos em parte, ao se resgatar a origem do primeiro pólo da *themata* mulher-mãe/ mulher-pecado. Essa tensão repousa nas construções sociais presentes na modernidade nas quais, como destaca Oliveira (2004), o espaço privilegiado das mulheres é o doméstico e o privado, enquanto ao homem estaria destinada a esfera pública, do poder, da lógica, da racionalidade.

Ao transpor essa lógica para o contexto do trabalho, não há uma simples articulação de uma discriminação direta que devolva a mulher para o trabalho doméstico, em casa. Aparentemente, há um processo mais complexo, que pode ser ilustrado da seguinte maneira: em um imbricamento de construções sociais podem surgir duas casas, sendo a organização uma delas. O trabalho doméstico, mantendo suas características maternas, pode se estabelecer nessa última casa, “a organização”, e o privado se estenderia, assim, aos membros que estão nela, chamados de organizacionais.

Dessa maneira, se estabelece o contexto propício para a tensão intrínseca à representação social discutida. Uma via pela qual se alargam os limites dos sentidos construídos, inserindo outras questões como a utilidade dos atributos femininos, e, ao mesmo tempo, reforçam-se os estereótipos instituídos para a mulher, estereótipos estes que advogam sua permanência no espaço privado mesmo que em constante tensão em relação às faces de uma mesma representação social. Além dessa articulação, a tensão também se apresenta em relação a outras duas faces polêmicas, que no lugar da mãe colocam a “Eva”, a executiva como sedutora valorizada e pecadora desvalorizada no trabalho, discutida a seguir.

5.2 A executiva como “Eva” valorizada com limites ou eliminada

As duas faces polêmicas relacionadas com as temáticas da executiva como “Eva” giraram em torno do subconjunto discursivo da sedução da mulher. A face polêmica que valoriza a sedução limitada no exercício da profissão abarca, principalmente, a capacidade de cativar e envolver o outro, com destaque para a personagem cliente. No trecho 08, E41 explicita a capacidade de relacionamento da mulher, enquanto o homem interage melhor com outros homens. Já E6, no fragmento 09, enfatiza a habilidade feminina para cativar com mimos os clientes, capacidade ausente no homem devido a seu pragmatismo e a objetividade.

(08) É, eu acho que os homens interagem melhor com os homens. *As mulheres eu acho que já cativa as duas classes. Tanto homem quanto a mulher* (E41).

(09) Então, o lado feminino. Por exemplo, vinha cliente, e eu nunca deixei um cliente vir e...“você quer um pão de queijo, uma broa de fubá?” Sabe, isso é *coisa feminina. E homem é muito sem graça, eles são práticos. “Aceita um café?”* E pronto, pra eles isso está ótimo (E6).

A capacidade de aproximar ou atrair o cliente é também discutida no trecho 10. Neste, fica explícito o tema da importância de respeitar os “limites” da sedução para que não se torne algo inadequado. Dentro desses limites é que certa dose de sedução das mulheres é colocada como facilitadora da aproximação e atração do cliente, como fica implícito em “quebra o gelo”. A conotação de que quando exacerbada tal sedução rompe o limite entre o formal – espaço de trabalho, e o informal – espaço das relações afetivas e sexuais é apresentada de maneira implícita no trecho “pode ser entendido de outra forma por um cliente”, que deixa subentendido que o cliente pode interpretar o “avanço” da mulher como algo sexual.

(10) Eu vejo que as mulheres, elas conseguem muitas vezes desenvolver um relacionamento com maior facilidade com o cliente. Claro que, assim,

respeitados os limites que a gente sabe que é complicado, a mulher muitas vezes se ela avança, se ela abre muito, assim, dá muita abertura, pode ser entendido de outra forma por um cliente. Mas, via de regra, elas transitam muito bem nesse ambiente de colocar o limite, mas de qualquer forma de quebrar o gelo por outro lado, quebrar o gelo com uma facilidade muito maior do que a do homem. (E19)

Algumas entrevistadas discutiram a relação entre sedução e trabalho questionando o emprego da sensualidade no exercício da profissão. No fragmento a seguir, E29 desaprova o uso da sensualidade na esfera organizacional, alegando que a sensualidade não trará melhores resultados, mas sim incorrerá na perda de clientes. A entrevistada coloca a possibilidade do cliente impor uma troca de favores, entre presentes – “brinco de ouro” e “carro” – e vantagens na negociação – “desconto que não existe”, como outra decorrência do emprego da sedução. Destacamos a referência à construção da executiva como prostituta, a qual pode ser subentendida a partir pronome “te” presente no fragmento “nunca mais vai te comprar”. Nesse contexto, E29 reitera a necessidade de separar a sensualidade do trabalho e apresenta outros possíveis usos das feminilidades para melhor desempenho, como a delicadeza, capacidade de negociação e cautela, atributos discutidos no subconjunto da sensibilidade.

(11) [...] *esqueça o papel sensual e faça o papel da amiga, da confidente, mas nunca da sensual. Porque a sensual [...] vai perder o cliente, nunca mais vai te comprar. Ou vai pedir um desconto que não existe, porque te deu um brinco de ouro, te deu um carro. [...] eu acho que a gente tem que aproveitar a feminilidade por outros lados, a delicadeza, a forma de negociar, o jeito de pontuar as coisas, o jeito de você mostrar uma proposta (E29).*

No mesmo sentido, E8, no trecho 12, coloca a sensualidade como inadequada ao ambiente de trabalho. Isso porque, segundo a criação machista, qualquer ato associado à sensualidade (implícito nos trechos “dar uma brecha”, “baixar a guarda”) pode ser entendido como provocativo e, assim, colocar em risco a reputação da mulher. Deste modo, ela afirma a necessidade da mulher adotar “uma postura séria” para que não seja desacreditada. Essa afirmação remete aos apontamentos de Enriquez (1990) sobre como a sexualidade é vista como perigosa e contrária à civilização e a consequente exigência de que “a mulher” se dispa de sua sexualidade para que seja digna de respeito. Enfatizamos também que tal argumento localiza a culpa pela violência no sujeito violentado, que guardaria em si as razões para tal. Desta forma, caberia à mulher vigiar seus comportamentos ou ela seria responsável pelo assédio. O assediador, na maioria das vezes homem (OLIVEIRA, 2003), fica, assim, ileso e sua agressão é colocada como mera reação diante da sedução de mulheres que provocam.

(12) *É boa [a relação], eles me respeitam muito. Agora por ser extremamente masculino... E talvez por eu ser... Ter uma criação machista, eu sou daquela época que diz, a mulher tem que saber se portar, sabe? E se você abrir guarda em qualquer momento, quando eu falo abrir guarda se você der uma brecha, não vai pra frente não. Então, você tem que ter uma postura séria, você tem que ter uma postura de respeito, você tem que respeitar (E8).*

No fragmento seguinte, E29 acrescenta temas a esse último argumento, ao explicitar que algumas mulheres, profissionais competentes, não ascendem profissionalmente ou são desacreditadas por usarem muito a “feminilidade”. A feminilidade é entendida pela enunciadora como sinônimo de ato sexual e o abuso da feminilidade seria fazer sexo com várias pessoas. Diante de certa promiscuidade, a mulher teria sua capacidade questionada, como se sua posição decorresse de “favores sexuais” e não de sua competência, conforme explícito em “ela conseguiu, porque ela andou com todo mundo”.

(13) *E eu acho que algumas mulheres que perdem muito... eu conheço muito, ótimas profissionais, mas eu vi que elas não cresceram, não foram acreditadas,*

porque usavam muito a feminilidade. “Ah, ela dorme com todo mundo, ela transa com todo mundo. Ah, por isso que ela conseguiu, porque ela andou com todo mundo” (E29).

O conjunto desses temas configura a face polêmica da eliminação da sensualidade no trabalho da executiva. Nesta, o desvio da conduta apropriada para a mulher no trabalho está associado a uma punição, que é a violência por outros membros dentro da organização ou, até mesmo, a sua não aceitação neste espaço. Nesse sentido, depreendemos dos depoimentos que assumir uma postura mais séria ou sisuda é também uma estratégia para não sofrer violência, como discutido por E23 no fragmento 14. As estratégias de dessensualização são também discutidas por E26 no fragmento 15, com foco nos clientes que assediam.

(14) Mas assim, nunca tive um convite pra sair, por exemplo: quer sair comigo? Alguma coisa assim, nunca tive. Nunca tive. Porque você, realmente, você *aprende a contornar situações* e você *nunca se coloca num lugar sozinha*, você *sempre leva mais gente com você*, contorna os assuntos para que não caia nessa possibilidade. (E23).

(15) Mas no banco, que nem eu estava falando de estar bem vestida ou não, eu *não gostava de ir de saia* quando tinha que fazer visita. Porque geralmente você ia visitar, e quem você ia visitar era homem. Então já tinha aquela, o cara vai... e várias vezes cantada era... *de dez visitas, cinco homens cantavam, pra tentar alguma coisa, coisa que com homem eles não fazem*. Então, *por você ser mulher, você está indo oferecer alguma coisa*, daí a pouco eles largam uma piadinha pra descontraír, pra não sei o quê. (E26).

No fragmento 15, a menção à frequência na qual os assédios aconteciam e à maneira como a mulher é vista pelo homem (como objeto de desejo e sexo, como se pode depreender de “por você ser mulher, você está indo oferecer alguma coisa”) remete ao tema implícito de que a sensualidade está presente no trabalho. É a partir desse implícito que se articula o tema da eliminação da sensualidade não do contexto, mas da postura da profissional, como depreendemos dos trechos “nunca se coloca num lugar sozinha”, “sempre leva mais gente com você”, no trecho 14, e “não gostava de ir de saia”, no trecho 15.

Os argumentos apresentados sustentam as faces polêmicas da executiva como “Eva”, em torno do pólo da mulher pecado na díade da *themata* apreendida. Esse pólo remonta à concepção da mulher como dotada de um corpo que, ao mesmo tempo em que atrai e seduz, é o corpo do sexo e do pecado. A oposição polêmica entre as duas faces se estrutura, de um lado, em torno da positividade da sedução, dentro de limites, no cativar e envolver as pessoas, e de outro lado pelas negatividades da inserção de elementos com conotações sexuais, indicados, por exemplo, na possibilidade do uso do corpo para alcançar benefícios.

Na primeira face polêmica, a da valorização da sensualidade limitada de “Eva”, observamos, como na face emancipada da valorização da sensibilidade de “Maria” no trabalho das executivas, a instrumentalização dos atributos femininos, nesse caso a sedução, dentro de limites, para o desempenho profissional e para o alcance dos objetivos organizacionais. Mas numa construção distinta das demais, na segunda face polêmica, a da eliminação da sensualidade de “Eva”, surge a busca por romper com qualquer instrumentalização de atributos femininos. Nessa face, não cabe conciliar desvantagens e vantagens dos atributos, como ocorre com “Maria”. A sedução é colocada como inapropriada para o trabalho, na medida em que traz a relação sexual, própria do privado, para o trabalho. Salientamos, que diferentemente da incongruência da sensibilidade com o *ethos* da profissão executiva, nessa face não se coloca em questão contribuições para alcançar objetivos, mas a incoerência com as normas para o trabalho dentro de uma moral defendida.

Essa última face polêmica, pela via da oposição, relaciona-se com a face hegemônica da representação social da profissão da executiva como um imbricamento entre “Maria” e

“Eva”, a mãe e a pecadora, baseada na díade mulher-mãe/ mulher-pecado. Para as entrevistadas que defendem essa última face polêmica, a “Eva” e o pecado são incompatíveis com a profissão de executiva, mas as próprias manifestações deixam claro que estes fazem parte desse contexto. Além disso, as manifestações evidenciadas indicam que na dinâmica da representação social estudada, “Maria” e sua sensibilidade tendem a predominar, enquanto “Eva” e sua sedução sofrem pressões para ter seu espaço reduzido. Diante da negatividade da “Eva” caberia à mulher ocultar a sexualidade do corpo que atenta contra seu desempenho e permanência no trabalho. O movimento contra a sedução conduz, por exemplo, a uma maior necessidade de se cercear, especialmente quando envolve os trajes utilizados no trabalho.

6. Reflexões finais

Neste trabalho, evidenciamos a representação social da profissão da executiva como um imbricamento entre “Maria” e “Eva”. De um lado, está “Maria”, mãe, generosa e que tem zelo pelo outro. Juntamente, está a concepção de mulher frágil e delicada, que necessita de tutela e proteção masculina. Do outro lado, está “Eva”, dotada de um corpo sedutor e libidinoso. Em conformidade com Smith (2003), destacamos que há aqui uma construção social na qual a ambiguidade associada à feminilidade, nascida na esfera da religião, é reproduzida no campo profissional. À mulher continua-se a incutir os aspectos negativos referentes ao seu sexo, na medida em que parecem inverter as oposições social e historicamente relacionadas à feminilidade: “boa moça ou devassa, ‘Maria’ ou ‘Eva’, esposa dedicada ou prostituta” (SMITH, 2003, p. 388). Tal representação remete ainda às construções vinculadas ao contrato sexual (PATEMAN, 1993), as quais colocam o corpo da mulher em questão e reforçam a noção de que este possui uma natureza, características inatas associadas à maternidade e à sexualidade, que, em sua face hegemônica, subsidiam a privação da mulher ao espaço público.

Essas construções geraram e sustentam a díade mulher-mãe/ mulher-pecado da *themata* que compõe a face hegemônica da representação em questão. Entretanto, os dados analisados indicam uma dinâmica na qual os pólos dessa díade não se apresentam de maneira equilibrada, com uma movimentação no sentido de privilegiar a instrumentalização da sensibilidade de “Maria” na profissão das executivas. As articulações que revelaram essa tendência não se silenciaram sobre a presença da sensualidade de “Eva” no contexto da profissão das executivas, pelo contrário, essa presença ficou evidente, como a da sensibilidade da “Maria”. A questão não está em ocultarem “Maria” ou “Eva”, mas em articularem as características que as envolvem com dinâmicas distintas. A primeira se fortalece em distinções paralelas, emancipadas, enquanto a segunda se enfraquece em distinções excludentes e polêmicas que alcançam até a própria *themata* hegemônica.

“Maria” e sua sensibilidade estão presentes no contexto profissional das executivas em faces emancipadas que articulam no cotidiano a aceitação de vantagens e desvantagens para a executiva e a organização. Por essa via, surge uma referência para distinguir homens e mulheres, até no sentido de indicar a superioridade dos primeiros sobre as segundas e vice-versa. Com base nessa referência, as desvantagens de “Maria” ofereceriam vantagens para os homens em determinados momentos, por exemplo, quando é necessário “bater a mão na mesa” (fragmento 07). A alternativa a esse momento é evidenciada no fragmento 05, a mulher com “jeito dos homens”, ou seja, surge o híbrido “Maria” e “Adão” que tem como referência as vantagens e desvantagens de “Maria”. Isso é possível, pois, como foi evidenciado nos relatos, além da problemática do excesso de sensibilidade, não são características distintas da “Maria” que geram vantagens ou desvantagens, mas as mesmas características em momentos distintos. Daí as vantagens e desvantagens terem o potencial de não serem excludentes entre si, mas se manifestarem em momentos específicos, intercalados pelas mesmas mulheres.

Por outro lado, “Eva” e sua sensualidade não conta com esse espaço duplo, dos momentos intercalados para a coexistência entre a defesa e a oposição de suas características. Ficou clara a existência de dois grupos entre as entrevistadas, o primeiro defende a limitação da sensualidade para ser possível instrumentalizá-la para os objetivos da executiva e da organização. O segundo defende a eliminação de “Eva” e de sua sensualidade da profissão das executivas. O que um grupo defende não pode coexistir com o outro, e mesmo o grupo que defende a sensualidade com limites destaca que, sem estes, só há desvantagens.

Nessa ótica, a dinâmica que envolve a construção desta representação social indica que “Maria” e “Eva” ainda estão juntas, mas existem construções voltadas para limitar ou tentar eliminar a segunda. Ao mesmo tempo, existem construções na qual “Adão” se apresenta como uma alternativa nos momentos em que a sensibilidade de “Maria” não é adequada. Nessa dinâmica, a sensualidade pode ser aos poucos solapada por um híbrido de executiva sensível e máscula, preparada para todos os momentos. Uma executiva que foge do estereótipo da simples masculinização, pois não cogita ser igual ao homem e quer obter vantagens sobre ele ao extrair apenas os atributos tidos como masculinos necessários para lidar com os momentos em que “Maria” precisaria deixar de ser mãe.

O dilema dessa construção está na ambiguidade a qual ela submete as mulheres. A simples instrumentalização de diferentes características com uma finalidade objetiva de obter ganhos profissionais não é algo plausível. Por isso, tal construção faz parte de um processo lento e gradual, extremamente complexo, no qual as mulheres se inserem desde a infância e é a partir dele que surgem os questionamentos da condição da mulher e de sua posição na sociedade, inclusive como executiva. Ao articularem no contexto organizacional as maneiras de pensar a que foram submetidas, elas reforçam essas maneiras, como se observa nas evidências recorrentes de estudos sobre o estereótipo de “Maria” e “Eva” na composição do gênero feminino. Mas, de maneira ambígua, pela dinâmica da construção das representações sociais e pelas contradições das relações de gênero que permeiam a realidade social, ao mesmo tempo em que se articulam nesses estereótipos, as mulheres os transformam. Essa transformação se dá, especialmente, pela instrumentalização das feminilidades e pela defesa da valorização e manutenção das mulheres no espaço organizações. Fica em aberto, para outros estudos, a compreensão das consequências disso nos contextos organizacional e social.

Referências

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986a.
- BAKHTIN, M. *Speech Genres and Other Late Essays*. Austin: University of Texas Press, 1986b.
- BECKER, H. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- DUVEEN, G. The Psychosocial Production of Ideas: Social Representations and Psychologic. *Culture & Psychology*, v. 4, n. 4, p. 455-472, 1998.
- ENRIQUEZ, E. *Da Horda ao Estado: psicanálise do vínculo social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- FARIA, A. A. M. de; LINHARES, P. T. F. S. O preço da passagem no discurso de uma empresa de ônibus. *Cadernos de Pesquisa*, Belo Horizonte, v. 10, p. 32- 38, 1993.
- FIORIN, J. L. *Linguagem e Ideologia*. 7.ed. São Paulo: Ática, 2003. 87p.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GODELIER, M. *La production des Grands Hommes - Pouvoir et domination masculine chez les Baruya de Nouvelle-Guinée*. Paris: Fayard, 1996.
- GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002. 107p.

- HASSARD, J.; HOLLYDAY, R.; WILLMOT, H. Introduction: the body and organization. In: *Bodies and organization*. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications, 2000.
- HOULTON, G. *The scientific imagination*. New York: Cambridge University Press, 1978.
- HOWARTH, C. Identity in Whose Eyes? The Role of Representations in Identity Construction. *Journal For the Theory of social Behavior*, v. 32. p.145-162, 2002.
- JODELET, D. (Org) *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.
- LEME, M.A.V.S. O impacto da teoria das representações sociais. In: SPINK, M.J. *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- LIU, L. Sensitising Concept, Themata and Shareness: a dialogical perspective of social representations. *Journal for the Theory of Social Behavior*, v. 34, n. 3, p.249-264, 2003.
- LOURO, G. L. Gênero e Sexualidade: pedagogias Contemporâneas. *Pro-Posições*. v. 19, n. 2 (56), mai-ago, 2008.
- MARKOVÁ, I. Amédée or how to get rid of it: Social representations from a dialogical Perspective. *Culture & Psychology*, v. 6, n. 4, p. 419-460, 2000.
- MATOS, M. M. Pierre Bourdieu e o Gênero: Possibilidades e Críticas. Série Estudos. *IUPERJ*, N. 94, setembro de 1997, p.3-56.
- MELO, M. C. de O. L. A gerência feminina em setores industrial e bancário: o conservadorismo internalizado versus o moderno em construção. In: *IBEROACADEMY*, 3, 2003, São Paulo. *Anais...* São Paulo: IBEROACADEMY, 2003.
- MOSCOVICI, S. Introductory address. *Papers on Social Representations – Textes sur les Représentations Sociales*, v. 2, n. 3, p. 1-170, 1993.
- MOSCOVICI, S.; MARKOVÁ, I. Idéias e seu desenvolvimento: um diálogo entre Serge Moscovici e Ivana Marková. In: MOSCOVICI, S. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003. p.305-387.
- MOSCOVICI, S.; MARKOVÁ, I. Presenting Social Representations: a conversation. *Culture & Psychology*. V.4, n.3, p.371-410, 1998.
- MOSCOVICI, S.; VIGNAUX, G.O conceito de *themata*. In: MOSCOVICI, S.*Representações Sociais: investigações em Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 215-250.
- MOSCOVICI, S.O fenômeno das representações sociais. In: MOSCOVICI, S.*Representações Sociais: investigações em Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes, 2003. p.29-110.
- NATIVIDADE, D. R. Empreendedorismo feminino no Brasil: políticas públicas sob análise. *RAP*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p.231-256, 2009.
- OLIVEIRA, P. P. *A construção social da masculinidade*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.
- OLIVEIRA, M. N. de. *Assédio sexual nas relações de trabalho*. Monografia apresentada no curso de Direito e Processos do Trabalho como parte dos requisitos para obtenção do título de especialista. Brasília, 2003.
- ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- PATEMAN, C. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- SCOTT, J. Gender: Useful Category of Historical Analysis. *American Historical Review*, v. 91, n. 5, Dec. 1986
- SEGNINI, L. R. P. Aspectos culturais nas relações de gênero e a questão da produtividade em tempos de trabalho flexível e qualidade total. In: MOTTA, F. C. P.; CALDAS, M. P. (Org.). *Cultura Organizacional e Cultura Brasileira*. São Paulo: Atlas, 1997. cap. 11, p. 184-200.
- SILVA, A. R. L. da *As práticas sociais e o “fazer estratégia”*: um estudo dos comerciantes de hortifrutícolas no mercado da Vila Rubim. 2007. Tese (Doutorado em Administração) – FACE, UFMG, Belo Horizonte, 2007.
- SMITH, B. G. *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*. Bauru: Edusc, 2003.